

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	19
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONTROLE E O TCU	19
1.1. Dos recursos públicos e a necessidade do controle	19
1.2. Da concepção de órgãos de controle	21
1.3. Controle na Constituição Federal 1988	26
1.3.1. Da separação de poderes e o exercício das funções estatais	26
1.3.2. Da função administrativa na Constituição Federal	31
1.3.3. Da função do controle sobre a função administrativa	35
1.4. O Tribunal de Contas da União na Constituição Federal de 1988	38
1.4.1. Da natureza das funções do TCU	43
1.4.1.1. Posição pela função administrativa	44
1.4.1.2. Posição pela função jurisdicional	45
1.4.1.3. Posição pela função autônoma de controle	48
CAPÍTULO 2	53
REGIME JURÍDICO DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	53
2.1. Constituição Federal	55
2.2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB	58
2.3. Lei de Licitação e Contratações Administrativas	61
a) Controle preventivo e linhas de defesa	63
b) Forma de exercer a fiscalização dos atos	65
c) Critérios a serem observados na fiscalização de controle e poder de cautela	66
d) Caráter pedagógico do controle x capacitação	67
2.4. Leis que regulam o processo de controle das contratações públicas	69
2.4.1. Lei orgânica do TCU	72
2.4.2. Regimento interno	73
2.4.3. Código de Processo Civil	76
2.4.4. Lei nº 9.784/1999 que regula o processo administrativo	79
2.5. Normas infralegais	81
2.5.1. Normas infralegais em matéria de licitações e contratações públicas	83
2.5.2. Poder regulamentar do TCU	85
2.5.2.1. Sujeição de terceiros às normas infralegais expedidas pelo TCU	88
2.5.2.2. As manifestações do Tribunal de Contas da União e seu efeito vinculante	91
CAPÍTULO 3	95

CONTROLE EXERCIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SOB O ASPECTO INSTRUMENTAL E TEMPORAL	95
3.1. Controle preventivo e prévio na Lei nº 14.133/2021.....	98
3.1.1. Do controle prévio exercido pelo Tribunal de Contas da União	101
3.1.2. Do controle preventivo exercido pelo TCU	105
3.2. Controle no curso do procedimento licitatório	110
3.2.1. Das auditorias e inspeções	111
3.2.2. Da representação e denúncia perante o TCU	114
3.3. Controle posterior	118
3.3.1. Do julgamento de contas	119
3.3.2. Da Tomada de Contas Especial	121
3.4. O espaço de atuação do Tribunal de Contas da União em matéria de contratações públicas.....	122
3.4.1. Controle de legalidade em matéria de licitações e contratos	124
3.4.1.1. Controle de legalidade e constitucionalidade de normas	127
3.4.2. Controle de legitimidade e atuação sob atos discricionários	132
3.4.3. Controle sobre o parâmetro da economicidade e a Lei nº 14.133/2021	144
CAPÍTULO 4	151
PODERES DO TCU EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	151
4.1. Análise da gravidade do ato praticado.....	155
4.1.1. Impropriedades formais	156
4.1.2. Da verificação e sustação de ato ilegal.....	157
4.1.3. Da sustação de contratos e a Lei nº 14.133/2021.....	165
4.2. Afastamento temporário e indisponibilidade de bens do agente público	170
4.3. Do poder sancionador do Tribunal de Contas da União	178
4.4. Da jurisdição do TCU sob sujeitos privados	188
4.4.1. Sanção e medidas cautelares em face do particular.....	196
CONCLUSÕES	201
ÍNDICE DE ASSUNTOS	211